

# PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº DE 2023

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para prever a apreciação pelo Plenário de requerimentos apresentados por Senadores.



O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º** .....

*Parágrafo único.* Em caso de guerra, de comoção intestina, de calamidade pública ou de ocorrência que impossibilite o seu funcionamento na sede, o Senado poderá reunir-se, eventualmente, em qualquer outro local, por determinação do Plenário, a requerimento da maioria dos Senadores.” (NR)

“**Art. 41.** Nos casos do art. 40, se o Senado estiver em recesso, o pedido será despachado pelo Presidente, retroagindo os efeitos da licença à data do requerimento.” (NR)

“**Art. 48.** .....

.....

§ 3º Da decisão do Presidente, prevista no § 1º, caberá recurso para o Plenário, no prazo de cinco dias úteis, contado da sua publicação.” (NR)

“**Art. 256.** .....

.....

§ 2º .....

I – (Revogado)

.....

III – incluído em Ordem do Dia, nos demais casos.” (NR)



“**Art. 258.** Havendo em curso no Senado duas ou mais proposições regulando a mesma matéria, é lícito promover sua tramitação em conjunto a partir de requerimento de comissão ou de Senador, mediante deliberação do Plenário.

Parágrafo único. (Revogado)” (NR)

“**Art. 267.** Ocorrendo extravio de qualquer proposição, a Presidência determinará providências objetivando sua reconstituição, de ofício ou mediante requerimento de qualquer Senador ou comissão, decidido pelo Plenário.

.....” (NR)

**Art. 2º** Ficam revogados o § 5º do art. 40, o inciso VI do art. 98, o inciso III do parágrafo único do art. 214, as alíneas “b” e “c” do inciso I do art. 215, as alíneas “c”, “d”, “e” e “g” do inciso II do art. 215, o inciso I do § 2º do art. 256 e o parágrafo único do art. 258, todos do Regimento Interno do Senado Federal.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Os requerimentos apresentados por Senador perante o Plenário podem ser decididos, conforme o caso, pelo **Presidente** da Casa (art. 41; art. 48, XXV e XXVI; art. 207; art. 210, II; art. 214, parágrafo único; art. 215, II; art. 252, II; art. 256, § 2º, I; art. 267, todos do Regimento Interno do Senado Federal – RISF), pela **Mesa** (art. 1º, parágrafo único; art. 40, § 5º; arts. 43, 44 e 44-A; art. 215, I; art. 216, III; art. 217; art. 258, *caput*, todos também do RISF) ou pelo **Plenário** (art. 40, *caput*; art. 215, *caput*, e III, do RISF).

Entendemos, porém, que os requerimentos apresentados por qualquer Senador devem ser deliberados pelo **Plenário**, notadamente quando a importância do tema tratado no pedido justificar essa competência.

Assim, apenas para os requerimentos sobre situações corriqueiras (ex.: pedido de retificação de ata – art. 207 –, transcrição de documento no Diário do Senado Federal – art. 210 – e permissão para falar sentado – art. 214, IV) e para os casos de requerimentos de informações, cuja competência constitucional é da Mesa (art. 50, § 2º, da Constituição Federal),



SF/23144.32666-40



propomos manter as atuais instâncias de deliberação. Nos demais casos, nossa sugestão é atribuir sempre ao Plenário a decisão sobre os requerimentos.

Nesse sentido, propomos as alterações constantes deste projeto, para a apreciação dos nobres Pares.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS VIANA



SF/23144.32666-40



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4199210335>